



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORAÍ

ESTADO DO PARANÁ

EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 019/2026 - CONCESSÃO

CONTRATANTE (UASG)

MUNICÍPIO DE FLORAÍ ((UASG: 987553)

OBJETO

CONCESSÃO DE USO DE IMÓVEL PÚBLICO REFERENTE AO BARRACÃO INDUSTRIAL EM ALVENARIA E ESTRUTURA PRÉ-MOLDADA EM CONCRETO, LOCALIZADO NA AV. DAS INDUSTRIAS, S/N, PARQUE INDUSTRIAL PRIMAVERA, COM ÁREA EDIFICADA DE 288,00 M², REGISTRADO JUNTO AO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE NOVA ESPERANÇA/PR SOB A MATRÍCULA Nº 16.349, VISANDO AO FOMENTO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL E À GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA NO MUNICÍPIO, CONFORME DISPOSIÇÕES DA LEI MUNICIPAL Nº 1.346/2014 E SUAS ALTERAÇÕES, BEM COMO DA LEI Nº 1.735/2026, QUE AUTORIZA A REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA, PARA OUTORGA DE CONCESSÃO DE USO DE IMÓVEL PÚBLICO DESTINADO A EMPRESAS SEDIADAS NO MUNICÍPIO DE FLORAÍ, NO RAMO DE CONFECÇÕES.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 25/05/2026 às 09h00m (horário de Brasília)

Local de acesso: <https://pncp.gov.br/app/editais?q=&pagina=1>

PNCP: <https://portal.licitanet.com.br/home>

PERÍODO DE APURAÇÃO

03h00m

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MELHOR TÉCNICA/MELHOR OFERTA.

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA A PARTICIPAÇÃO DE ME'S, MEI'S E EPP'S

CONFORME LEI 1723/2026, DA REGIONALIDADE, ART. 7º - INCISO I, LOCAL OU MUNICIPAL: O LIMITE GEOGRÁFICO DO MUNICÍPIO DE FLORAÍ/PR.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORAÍ

ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 019/2025 (Processo Administrativo 69/2026)

Torna-se público que o MUNICÍPIO DE FLORAÍ, com sede no endereço indicado no rodapé, representado por sua prefeita municipal conforme autorização expedida no processo administrativo supracitado, realizará licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, nos termos da **Lei nº 14.133, de 2021**, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

JUSTIFICATIVA PLATAFORMA PRIVADA: Considerando o volume de demandas de todas as secretarias municipais. Considerando que no COMPRANET o cadastro de itens de um pregão pode durar várias horas, em razão do retrabalho, uma vez que o funcionário terá que cadastrar no sistema de gestão, e na sequência na plataforma COMPRASNET um a um. E que após a realização do pregão, o pregoeiro terá que digitar manualmente todos os dados do resultado no sistema de gestão um a um; vez que não há integração. Considerando que a LICITANET permite o cadastramento dinâmico de editais de pregões, com importação e exportação de dados. A fim de dar celeridade ao processo administrativo para aquisição de supra, devido a quantidade razoável de itens, optou-se pela realização da sessão do pregão eletrônico na plataforma privada – LICITANET vez que a integração da plataforma LICITANET proporciona menor tempo dispendido em cadastro, garantindo maior eficiência e agilidade na realização do cadastro ou na operacionalização do pregão.

1. DO OBJETO

1.1 CONCESSÃO DE USO DE IMÓVEL PÚBLICO REFERENTE AO BARRACÃO INDUSTRIAL EM ALVENARIA E ESTRUTURA PRÉ-MOLDADA EM CONCRETO, LOCALIZADO NA AV. DAS INDUSTRIAS, S/N, PARQUE INDUSTRIAL PRIMAVERA, COM ÁREA EDIFICADA DE 288,00 M², REGISTRADO JUNTO AO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE NOVA ESPERANÇA/PR SOB A MATRÍCULA Nº 16.349, VISANDO AO FOMENTO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL E À GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA NO MUNICÍPIO, CONFORME DISPOSIÇÕES DA LEI MUNICIPAL Nº 1.346/2014 E SUAS ALTERAÇÕES, BEM COMO DA LEI Nº 1.735/2026, QUE AUTORIZA A REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA, PARA OUTORGA DE CONCESSÃO DE USO DE IMÓVEL PÚBLICO DESTINADO A EMPRESAS SEDIADAS NO MUNICÍPIO DE FLORAÍ, NO RAMO DE CONFECÇÕES.

1.2 O imóvel integrante do objeto deste Edital deverá ser usado, exclusivamente, como estímulo à implantação de atividade no ramo da indústria, comércio ou prestação de serviços.

1.3 LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA A PARTICIPAÇÃO DE ME'S, MEI'S E EPP'S - CONFORME LEI 1723/2026, DA REGIONALIDADE, ART. 7º - INCISO I, LOCAL OU MUNICIPAL: O LIMITE GEOGRÁFICO DO MUNICÍPIO DE FLORAÍ/PR.

2. DAS NORMAS GERAIS

2.1 As proponentes são responsáveis pelo exame criterioso das condições de fornecimento do objeto deste edital, ficando cientes de que o Município de Florai poderá aplicar as sanções previstas neste edital e anexos, em cumprimento ao disposto no Capítulo I - Das Infrações e das Sanções Administrativas - do Título IV da Lei Federal nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

2.2 A simples participação no certame implica:

- a) Aceitação de todas as condições estabelecidas neste edital de Concorrência Eletrônica;
- b) Aceitação das condições estabelecidas neste edital e termo de cessão vinculado ao presente.

2.3 As retificações do Edital obrigarão todas as licitantes, e serão objeto de divulgação nos mesmos termos e



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORAÍ

ESTADO DO PARANÁ

prazos dos atos e procedimento originais, exceto, quanto aos prazos, quando a alteração não afetar a preparação das propostas.

2.4 A licitação que é objeto do presente edital poderá ser adiada ou revogada por razões de interesse público, sem que caiba às licitantes qualquer direito a reclamação ou indenização por estes motivos.

2.5 **A concessão de uso do bem público terá prazo de até 05 (cinco) anos, podendo ser renovada por iguais e sucessivos períodos, desde que haja avaliação favorável do interesse público e seja comprovado o cumprimento das condições estabelecidas no instrumento de concessão e na legislação aplicável, conforme previsto na Lei Municipal nº 1.735/2026.**

2.6 O local disponibilizado para a concessão de uso, é um Barracão Industrial, situado a Av. das Indústrias, s/n, Parque Industrial Primavera, sob matrícula nº 16.349.

2.7 A concessionária deverá cumprir, como condição essencial do contrato, contrapartidas mínimas voltadas ao interesse público. Dentre elas, destaca-se a obrigatoriedade de manutenção de, no mínimo, 10 (dez) empregados durante todo o período de vigência contratual, garantindo a efetiva geração de emprego e renda no município.

2.8 O início das atividades deverá ocorrer no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da assinatura do contrato, sob pena de caracterização de descumprimento contratual.

2.9 Quanto aos investimentos mínimos exigidos, estes já se encontram devidamente estabelecidos na fase de habilitação, conforme Anexo I – Planilha Técnica Quantitativa e Qualitativa, a qual integra o processo licitatório e deverá ser rigorosamente observada pela futura concessionária

2.10 A Proposta Técnica, deverá ser preenchida de acordo com o modelo do Anexo II, III, tendo como condição para seleção da proposta o Art. 5º, Parágrafo Primeiro da lei municipal 1.346/2014 e 1.388/2015, no modelo do Decreto Municipal nº 302/2024, quais sejam:

- a. Geração de Empregos;
- b. Área de atuação;
- c. Tipo de Produto ou serviço;
- d. Natureza de sociedade empresária, nos termos da Lei Complementar 123/2006;
- e. Porte da empresa;
- f. Forma e modalidade de investimento;
- g. Temporalidade do investimento (início ou expansão)
- h. Aplicação e utilização de tecnologias;
- i. Impacto sobre meio ambiente, considerando inclusive a geração e tratamento de resíduos;
- j. Cronograma de Execução;
- k. Impacto Fiscal;
- l. Natureza e utilização de mão-de-obra
- m. Programas e benefícios sociais

2.6 Do Julgamento, da divulgação do resultado e do recurso:

- 2.6.1 Critérios de Seleção das propostas será o estabelecido no DECRETO nº 302/2024, que regulamenta o art. 5º, Parágrafo Primeiro da lei 1.346/2014 e 1.388/2015.
- 2.6.2 Em atenção ao interesse público de fortalecimento da economia local, somente poderão participar da licitação empresas regularmente constituídas e que possuam sede no Município de Florai na data de publicação do edital.
- 2.6.3 A concessão será destinada à instalação e ao funcionamento de empresa do ramo de confecções, abrangendo atividades relacionadas à produção, beneficiamento, montagem e comercialização de produtos têxteis e de vestuário, com vistas à geração de emprego e renda no Município.
- 2.6.4 A avaliação da proposta técnica será realizada pela comissão especialmente instituída por esse



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORAÍ

ESTADO DO PARANÁ

- decreto.
- 2.6.5 Os documentos referentes à habilitação serão objeto de analisados, que verificará a conformidade dos documentos com as exigências do edital, sendo desclassificas, motivadamente, aquelas que não estejam adequadas aos requisitos estabelecidos neste edital e seus anexos.
- 2.6.7 O Resultado final do julgamento dos documentos de habilitação será divulgado no Diário Oficial do Município, e no Portal da Transparência, até o 5º dia útil do mês seguinte a data do resultado.
- 2.6.8 Os interessados poderão recorrer do resultado publicado, rem relação a inabilitação, apresentando razões devidamente fundamentadas e por escrito, em até 05 (cinco) dias úteis, contatos da decisão da comissão.
- 2.6.9 Os recursos deverão ser entregues via e-mail ou plataforma, da mesma forma que foi entregue a documentação de habilitação.
- 2.6.10 Ao recurso não será conferido efeito suspensivo.
- 2.6.11 A Autorização de que trata esta concorrência será exclusivamente para empresas empresa do ramo de confecções, caso haja empate, o critério adotado de desempate, será o critério de geração de maior número de empregos.
- 2.6.12 As benfeitorias ou ampliações que eventualmente venham a ser realizadas no imóvel objeto da presente concessão de uso, sejam elas necessárias, úteis ou voluptuárias, não gerarão qualquer direito à indenização ou ressarcimento por parte da Administração Pública, inclusive nos casos de encerramento do prazo da concessão ou de retomada do imóvel em razão de utilização diversa da finalidade estabelecida neste edital.
- 2.6.13 Todas as benfeitorias, adaptações, reformas ou melhorias realizadas no imóvel serão integralmente custeadas pela empresa concessionária, correndo por sua conta e risco, sem qualquer ônus para o Município.
- 2.6.14 A realização de qualquer benfeitoria, modificação, reforma ou ampliação no imóvel dependerá de prévia autorização formal da Administração Municipal, devendo a empresa concessionária apresentar previamente os projetos ou justificativas necessárias para análise e aprovação.
- 2.6.15 A empresa concessionária será inteiramente responsável pela conservação, manutenção e integridade do imóvel, devendo zelar pelo seu uso adequado durante todo o período da concessão.
- 2.6.16 Ao término da concessão, por qualquer motivo, o imóvel deverá ser devolvido ao Município em perfeitas condições de uso e conservação, sem danos, quebras ou deteriorações além do desgaste natural decorrente do uso regular.
- 2.6.17 Após a devida homologação do resultado do presente chamamento, considerando a ordem de classificação das empresas participantes definidas neste processo, o Município de Florai lavrará a Minuta do Termo de Autorização de uso, que será ou não concedia em caráter pessoal e intransferível, a título precário, observadas condições inerentes a indústria a ser exercida.
- 2.6.18 A Concessão será concedida por um período de 05 (cinco) anos podendo ser prorrogado por igual período. Ao final do prazo da concessão do imóvel, retorna ao poder da Administração sem ressarcimento ou indenização de qualquer espécie, seja a que título for nos termos da legislação vigente, a renovação poderá ser autorizada, conforme interesse público, no qual a empresa, esteja cumprindo rigorosamente, o estipulado em contrato.
- 2.6.19 A exploração da área autorizada deverá ser feita exclusivamente pela empresa autorizada, sendo vedado a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto da autorização em nenhuma hipótese, sob pena de cancelamento imediato da Concessão.
- 2.6.20 O serviço a ser contratado se enquadra como serviço comum, porque as exigências técnicas para o serviço são usualmente praticadas no mercado da área, não havendo especificidades que impliquem em transferência de conhecimentos, tecnologia e técnicas empregadas a serem repassadas em transições contratuais.
- 2.6.21 Em caso de descumprimento de quaisquer das obrigações assumidas, será concedido à empresa o



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORAI

ESTADO DO PARANÁ

prazo de até 30 (trinta) dias para regularização. Persistindo a irregularidade, poderão ser aplicadas as penalidades previstas no contrato e na legislação vigente, incluindo, conforme o caso, advertência, multa e até a rescisão da concessão, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

3.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5 Não poderão disputar esta licitação:

3.5.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.5.2 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.5.3 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.5.4 pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.5.5 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.5.6 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

3.5.7 pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.5.8 agente público do órgão ou entidade licitante;

3.5.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.5.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORAÍ

ESTADO DO PARANÁ

3.6 O impedimento de que trata o item 5.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.7 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 5.5.2 e 5.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.8 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.9 O disposto nos itens 5.5.2 e 5.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.10 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.11 A vedação de que trata o item 5.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

4.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.2.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.2.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.2.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5 O participante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5.1 no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORÁPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.6 A falsidade da declaração de que trata os itens 6.2 ou 6.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.7 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública.

4.9 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas.

4.10 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.11 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4 . DA PROPOSTA PARA CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO

5.1 A Proposta Técnica, deverá ser preenchida de acordo com o modelo do Anexo II, III, tendo como condição para seleção da proposta o Art. 5º, Parágrafo Primeiro da lei municipal 1.346/2014 e 1.388/2015, no modelo do Decreto Municipal nº 302/2024, quais sejam:

- a. Geração de Empregos;
- b. Área de atuação;
- c. Tipo de Produto ou serviço;
- d. Natureza de sociedade empresária, nos termos da Lei Complementar 123/2006;
- e. Porte da empresa;
- f. Forma e modalidade de investimento;
- g. Temporalidade do investimento (início ou expansão)
- h. Aplicação e utilização de tecnologias;
- i. Impacto sobre meio ambiente, considerando inclusive a geração e tratamento de resíduos;
- j. Cronograma de Execução;
- k. Impacto Fiscal;
- l. Natureza e utilização de mão-de-obra
- m. Programas e benefícios sociais

6. DO RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA

6.1 Na data, horário e local indicado neste edital, a Comissão Permanente de Licitações e a comissão especial de avaliação, receberá documentação e às propostas;

6.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema www.licitanet.com.br, concomitantemente com os **documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.3 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORAI

ESTADO DO PARANÁ

chave de acesso e senha.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico

www.licitanet.com.br, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 As Comissões nomeadas, em especial o Decreto 302/2024, que regulamenta os dispositivos da Lei Municipal nº. 1346/2014 analisarão os documentos nele contido. As comissões analisarão a documentação definindo as classificações e desclassificações. A Comissão poderá suspender o certame para melhor análise dos documentos, se assim julgar conveniente, designando nova data para continuidade, na ocasião em que será apresentado o resultado da habilitação.

7.3 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.4 Somente serão abertas as propostas das empresas classificadas. A comissão abrirá as propostas das proponentes classificadas, procedendo ao respectivo julgamento, de acordo, exclusivamente, com os fatores e critérios estabelecidos neste edital. Os respectivos documentos serão analisados por todos os membros das comissões. Caso a Comissão julgue necessário, a seu critério exclusivo, poderá suspender a análise.

7.5 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.6 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.7 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

7.8. No caso de desconexão com o(a) Agente de Contratações, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.9 O Critério de julgamento Técnico adotado será a melhor oferta pelo item, conforme definido neste Edital e seus anexos.

8. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1 Critérios de Seleção das propostas será o estabelecido no DECRETO nº 302/2024, que regulamenta o art. 5º, Parágrafo Primeiro da lei 1.346/2014.

8.2 A avaliação da proposta técnica será realizada pela comissão especialmente instituída por esse decreto.

8.3 Os documentos referentes à habilitação serão objeto de analisados, que verificará a conformidade dos documentos com as exigências do edital, sendo desclassificadas, motivadamente, aquelas que não estejam adequadas aos requisitos estabelecidos neste edital e seus anexos.

8.4 O Resultado final do julgamento dos documentos de habilitação será divulgado no Diário Oficial do Município, e no Portal da Transparência, até o 5º dia útil do mês seguinte a data do resultado.

8.5 Os interessados poderão recorrer do resultado publicado, rem relação a inabilitação, apresentando razões devidamente fundamentadas e por escrito, em até 05 (cinco) dias úteis, contatos da decisão da comissão.

8.6 Os recursos deverão ser entregues via e-mail ou plataforma, da mesma forma que foi entregue a documentação de habilitação.

8.7 Ao recurso não será conferido efeito suspensivo.

8.8 A Autorização de que trata esta Concorrência Eletrônica será exclusivamente para empresas, para exploração



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORAÍ

ESTADO DO PARANÁ

preferencial de indústria têxtil como critério de desempate.

8.9 As benfeitorias ou aumentos que por ventura venham a ser incorporadas ao imóvel objeto da presente Autorização, sejam elas necessárias, úteis ou voluptuárias, não geram direito indenização por retomada do imóvel, quer seja pelo fim do prazo da Autorização ou mesmo na hipótese de retomada em razão de uso diverso do estipulado neste edital.

8.10 Após a devida homologação do resultado do presente chamamento, considerando a ordem de classificação das empresas participantes definidas neste processo, o Município de Florai lavrará a Minuta do Termo de Autorização de uso, Que será ou não concedida em caráter pessoal e intransferível, a título precário, observadas condições inerentes a indústria a ser exercida.

8.11 A Concessão será concedida por um período de 01 (um) ano. Ao final do prazo da concessão do imóvel, retorna ao poder da Administração sem ressarcimento ou indenização de qualquer espécie, seja a que título for nos termos da legislação vigente.

8.12 Após a devida aprovação legislativa a Concessão, deverá iniciar suas atividades em um prazo não superior a 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato de Autorização. Que estipulará as condições de uso do imóvel, situação que a autorizada deverá manter durante toda a vigência do contrato de Concessão.

8.13 A exploração da área autorizada deverá ser feita exclusivamente pela empresa autorizada, sendo vedado a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto da autorização em nenhuma hipótese, sob pena de cancelamento imediato da Concessão.

8.14 O serviço a ser contratado se enquadra como serviço comum, porque as exigências técnicas para o serviço são usualmente praticadas no mercado da área, não havendo especificidades que impliquem em transferência de conhecimentos, tecnologia e técnicas empregadas a serem repassadas em transições contratuais

9. DOS RECURSOS

9.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo 10 (dez) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

9.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao(a) Pregoeiro(a) verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

10.3 Nesse momento o(a) Pregoeiro(a) não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

9.4 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

9.5 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 3 (três) dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.6 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.7 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

10. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

10.1 Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORAÍ

ESTADO DO PARANÁ

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

10.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- d) **Multa**:
- e) rescisão do contrato, com reversão do objeto; neste caso, perderá a donatária, em favor do Município, todas as edificações existentes sobre o imóvel;
- f) alternativamente a penalidade anterior, poderá ser aplicada a penalidade de imediata reposição dos valores correspondentes ao preço de mercado do terreno, em pagamento único;

10.2.1 As penalidades serão julgadas por processo administrativo instaurado por iniciativa da Administração Municipal.

10.2.2 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

10.2.3 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.2.4 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

10.2.5 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.2.6 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.3 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.4 Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.5 Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORAI

ESTADO DO PARANÁ

contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

10.6 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

10.7 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(Ceis\)](#) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

10.8 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

10.9 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

11. DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

11.1 Após a adjudicação e homologação do resultado do presente processo licitatório ao vencedor, este será convocado no prazo de 02 (dois) dias para assinar o contrato com o Município.

11.2 Ocorrendo recusa do vencedor em assinar o respectivo contrato, convocar-se-á, para a execução do objeto lícitado, o proponente classificado em segundo lugar e assim sucessivamente.

11.3 A assinatura do contrato pela contratada deverá ser de forma digital baseada em certificado digital, de uso pessoal e intransferível, emitido por autoridade certificadora credenciada à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil); ou pelo assinador Gov.br.

12. DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

12.1 Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais especialmente as previstas neste edital e na [Lei nº 14.133/21](#)

12.2 Extinguir a cessão na forma da lei;

12.3 Fiscalizar a utilização do bem cedido;

12.4 Esclarecer dúvidas que lhe forem apresentadas;

12.5 Fiscalizar e acompanhar os propósitos manifestados pelo proponente na proposta referente ao presente certame licitatório através da comissão especial referenciadas na [Lei Municipal nº 1346/2014](#).

13. DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO PROPONENTE

13.1. Executar e prestar o fornecimento do objeto na forma ajustada;

13.2. Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução da presente concessão;

13.3. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.4. Apresentar sempre que solicitado durante a execução do contrato os documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais,



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORAI

ESTADO DO PARANÁ

trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

13.5. Fornecer e manter atualizado e-mail e telefone válido para comunicações oficiais.

13.6. Não permitir que outras empresas venham a se instalar no local;

13.7. Solicitar autorização prévia da municipalidade para modificações ou ampliação das benfeitorias existentes no imóvel, as quais passarão integralmente ao patrimônio do município sem direito a indenização;

13.8. Os equipamentos e materiais necessários para o perfeito funcionamento da empresa serão de responsabilidade exclusiva da mesma, devendo os mesmos obedecer às normas da legislação pertinente;

13.9. Responsabilizarem-se integralmente pelos serviços de limpeza em geral;

13.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reversas de cargos previstas na legislação.

13.11. Constituem obrigações da PROPONENTE especificamente:

a. Prestar o serviço na forma ajustada, atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente contrato.

b. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

c. Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

d. Promover a organização técnica e administrativa do objeto da presente do contrato, de modo obter eficiência na sua execução, de acordo com as condições técnicas, de habilitação e proposta da licitante.

e. Conduzir os serviços em estrita observância à legislação Federal, Estadual, Municipal, trabalhistas, previdenciárias, tributárias e securitárias atinentes à execução do contrato pertinente ao objeto da presente licitação.

f. Executar o objeto de acordo com a sua PROPOSTA e com as normas e condições previstas neste instrumento, inclusive com as prescrições da Lei nº: 14.133/2021, respondendo civil e criminalmente pelas consequências de sua inobservância total ou parcial.

g. Total e integral responsabilidade, direta e indireta, pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento da Administração.

h. Comunicar à fiscalização de imediato, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique.

i. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE, ou por seus prepostos, incluindo dados técnicos e operacionais sobre o objeto.

j. Adequar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer serviço/produto que não esteja sendo executado/fornecido de acordo ou que não atenda a finalidade que dele naturalmente se espera, até o prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos;

k. Executar o objeto nas condições e prazos estabelecidos no presente contrato.

l. Cumprir rigorosamente as disposições legais e regulamentares pertinentes à segurança, higiene e medicina do trabalho, inclusive com fornecimentos dos equipamentos e materiais necessários aos trabalhadores, bem como arcar com as despesas referentes a sua manutenção.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORÁPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

m. Não subcontratar o objeto deste contrato, sob qualquer hipótese.

14. DOS ENCARGOS CONTRATUAIS

14.1 Os encargos a serem consignados no respectivo contrato corresponderão aos empregos diretos, valor adicionado no movimento econômico, investimentos em bens de natureza permanente proposto pelo interessado, utilização de matéria-prima local no percentual exposto na proposta e todos os demais compromissos constantes da respectiva proposta.

14.2 Os empregos diretos gerados deverão ser comprovados através da RAIS; os investimentos em bens de natureza permanente, como a aquisição de equipamentos, deverão ser comprovados mediante laudo técnico firmado por profissional de engenharia civil a ser apresentado pelo proponente julgado vencedor do certame, notas fiscais, contrato e Balanço da empresa.

15. DA REVERSÃO

15.1 Reverterão de pleno direito ao Poder Público Municipal, livre de quaisquer ônus ou indenização, os terrenos cedidos a título de incentivos Econômicos, na ocorrência de qualquer dos fatos a seguir mencionados:

- I. não utilizados em conformidade com o projeto apresentado e aprovado e na sua finalidade;
- II. decorridos 60 (sessenta) dias da assinatura do contrato e não tenha sido iniciada as atividades da empresa;
- III. ocorrer a extinção ou falência da empresa;
- IV. alienação, por qualquer forma, dos terrenos recebidos do Poder Público Municipal;
- V. dar ao imóvel utilização diversa da prevista no Projeto do Empreendimento, salvo em caso de comprovada melhoria do empreendimento ou diversificação da atividade econômica, que reverta em benefício do Município;
- VI. constatado, a qualquer tempo, durante os doze anos subsequentes à assinatura do contrato, o descumprimento dos encargos propostos pela empresa;
- VII. paralisação das atividades por mais de 90 (noventa) dias;
- VIII. transferência do estabelecimento sede para outro Município.

15.2 Caso ocorra à reversão, deverá a empresa beneficiada desocupar o imóvel num prazo máximo de 120 dias, sem direito a indenização, deixando a área como estava por ocasião do recebimento, sob pena de retenção das benfeitorias, resguardando-se, ainda, o direito de perdas e danos por parte do Município, na forma da Lei Civil.

15.3 Decorridos 120 (cento e vinte) dias sem que o interessado retire as benfeitorias voluptuárias ou úteis que tenha edificado, as mesmas passam a integrar o imóvel para todos os efeitos legais, sem direito a retenção ou indenização, revertendo como patrimônio do Município.

16. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

16.1. Todas as decisões da Comissão de Avaliação serão registradas em ata, obedecendo aos recursos administrativos previstos no art. 165 da Lei nº 14.133/2021, recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

17. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

17.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORAÍ

ESTADO DO PARANÁ

17.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

17.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail: licitacao@florai.pr.gov.br

17.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

17.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

17.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

18. CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LEI Nº 13.709/2018)

18.1 Para finalidade da efetiva participação do LICITANTE no certame, o MUNICÍPIO fará tratamento dos dados pessoais definidos neste edital, dos representantes legais e outros, e, elará e responsabilizar-se-á pela proteção de dados e privacidade.

18.2 O LICITANTE obriga-se durante a participação de todas as fases do certame, a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados pessoais e dados pessoais sensíveis, em especial os regulamentos municipais e a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), empenhando-se em proceder a todo tratamento de dados pessoais que venha a mostrar-se necessário, em conformidade com este edital.

18.3 Os dados pessoais decorrentes da execução deste edital ficam, desde já, autorizados pelos licitantes e respectivos representantes, inclusive a eventual vencedor do certame e contratado(s), à disponibilidade pública nos sítios oficiais de informação e publicidade, nos termos do art. 7º, inciso I, da Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018.

18.4 O LICITANTE declara que tem ciência da existência da Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e deverá garantir, por seu representante legal e/ou pelo seu procurador, a confidencialidade dos dados pessoais a que tem acesso, deverá zelar e responsabilizar-se pela proteção dos dados e privacidade, respondendo pelos danos que possa causar.

18.5 É vedado ao LICITANTE a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência do certame, para finalidade distinta da participação deste. As partes deverão, nos termos deste instrumento, cumprir com suas respectivas obrigações que lhes forem impostas de acordo com regulamentos e leis aplicáveis à proteção de dados pessoais.

18.6 As partes, em razão das infrações cometidas às normas previstas, ficam sujeitas às sanções administrativas, cíveis e criminais aplicáveis, por qualquer ação ilícita, que causar danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

18.2 As declarações solicitadas neste edital, serão verificadas por meio do sistema.

18.3 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

18.4 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

18.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

18.5.1 *Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.*

18.5.2 *Após a homologação, o licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato ou a ata de registro de preços, ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no **prazo de 7 dias úteis**, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.*



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORAI

ESTADO DO PARANÁ

18.5.3 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

18.5.4 Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato ou a ata de registro de preços, ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação ou a ata de registro de preços, ou instrumento equivalente, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis

18.6 Caso nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

18.6.1 Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;

18.6.2 Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

18.7 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

18.8 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

18.9 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.10 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

18.11 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

18.12 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

18.13 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.florai.pr.gov.br – Menu Licitação.

18.14 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 18.14.1 ANEXO I – Termo de Referência;
- 18.14.2 ANEXO II – Modelo Declaração de obediência ao disposto no art. 7º, inciso XXXIII da C.F de 1988;
- 18.14.3 ANEXO III – Modelo de Prench. de Proposta Técnica – Planilha Técnica Quant. e Qualitativa;
- 18.14.4 ANEXO IV – Modelo de Gabarito de Avaliação;
- 18.14.5 ANEXO V – Modelo de Gabarito de Enquadramento;
- 18.14.6 ANEXO VI - Modelo Declaração de Realização de Vistoria Técnica;
- 18.14.7 ANEXO VII – Modelo Declaração de Opção por não Realizar a Vistoria Técnica
- 18.14.8 ANEXO VIII – Modelo Minuta Contrato Concessão de Uso

Florai/PR 04 de maio de 2026.

EDNA DE LOURDES CARPINÉ CONTIN
Prefeita Municipal.
Florai - PR



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORAÍ

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. **OBJETO:** CONCESSÃO DE USO DE IMÓVEL PÚBLICO REFERENTE AO BARRACÃO INDUSTRIAL EM ALVENARIA E ESTRUTURA PRÉ-MOLDADA EM CONCRETO, LOCALIZADO NA AV. DAS INDUSTRIAS, S/N, PARQUE INDUSTRIAL PRIMAVERA, COM ÁREA EDIFICADA DE 288,00 M², REGISTRADO JUNTO AO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE NOVA ESPERANÇA/PR SOB A MATRÍCULA Nº 16.349, VISANDO AO FOMENTO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL E À GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA NO MUNICÍPIO, CONFORME DISPOSIÇÕES DA LEI MUNICIPAL Nº 1.346/2014 E SUAS ALTERAÇÕES, BEM COMO DA LEI Nº 1.735/2026, QUE AUTORIZA A REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA, PARA OUTORGA DE CONCESSÃO DE USO DE IMÓVEL PÚBLICO DESTINADO A EMPRESAS SEDIADAS NO MUNICÍPIO DE FLORAÍ, NO RAMO DE CONFECÇÕES, conforme especificado na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR
1	CONCESSÃO DE USO DE IMÓVEL PÚBLICO REFERENTE AO BARRACÃO INDUSTRIAL LOCALIZADO NA AV. DAS INDUSTRIAS, S/N, PARQUE INDUSTRIAL PRIMAVERA, COM ÁREA EDIFICADA DE 288,00 M², REGISTRADO SOB A MATRÍCULA Nº 16.349, DESTINADO A EMPRESAS SEDIADAS NO MUNICÍPIO DE FLORAÍ, DO RAMO DE CONFECÇÕES, VISANDO AO FOMENTO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL E À GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA NO MUNICÍPIO, CONFORME DISPOSIÇÕES DA LEI MUNICIPAL Nº 1.346/2014 E SUAS ALTERAÇÕES, BEM COMO DA LEI Nº 1.735/2026, QUE AUTORIZA A REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA PARA OUTORGA DE CONCESSÃO DE USO DE IMÓVEL PÚBLICO.	MESES	60	R\$ 0,00

Não há valor estimado para essa contratação.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18, I c.c §1º I da Lei 14.133/2021)

A concessão de uso do imóvel público em questão atende a uma necessidade estratégica da administração municipal de promover o desenvolvimento econômico local de forma organizada e sustentável. O barracão industrial, já edificado e com estrutura adequada, representa um ativo público que deve ser utilizado de maneira eficiente, evitando sua ociosidade e garantindo retorno social à população.

Nesse contexto, a destinação do imóvel, para empresas do ramo de confecções, mostra-se especialmente pertinente. O município possui tradição consolidada nesse setor, contando com mão de obra local qualificada e experiência produtiva, o que favorece a rápida implantação e o pleno funcionamento das atividades industriais. Tal direcionamento fortalece um segmento já enraizado na cultura econômica local, potencializando seus resultados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORAI

ESTADO DO PARANÁ

Sob a ótica do interesse público, a concessão visa diretamente à geração de emprego e renda, ampliando oportunidades para os munícipes e contribuindo para a melhoria das condições socioeconômicas da população. Além disso, estimula o crescimento do setor produtivo, promove a circulação de riquezas no comércio local e incrementa, ainda que de forma indireta, a arrecadação municipal.

A realização do procedimento licitatório na modalidade concorrência assegura transparência, igualdade de condições entre os interessados e a seleção da proposta mais vantajosa, garantindo que o imóvel seja destinado a empreendimento que efetivamente atenda à sua função social e econômica.

Por fim, a medida encontra respaldo na legislação municipal vigente, estando alinhada às políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento econômico. Assim, a concessão de uso do imóvel público, com prioridade ao setor de confecções, revela-se necessária, adequada e plenamente justificada diante do interesse coletivo, ao valorizar a vocação produtiva do município e maximizar os benefícios sociais decorrentes.

3. DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS:

(0xx) 44 3242-8300 | E-mail: licitacao@florai.pr.gov.br (Edital)

(0xx) 44 3242-8300 | E-mail: administracao@florai.pr.gov.br (Termo de Referência)

4. RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO E FISCAL DE CONTRATO:

- 4.1. A fiscalização de todas as fases da entrega será feita pelo contratante, por intermédio do agente público, designado fiscal do contrato, conforme portaria vigente, com autoridade para exercer em nome do CONTRATANTE toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização, obrigando-se o FORNECEDOR a facilitar, de modo amplo e completo, a ação do fiscal.
- 4.2. Designa o servidor RONALDO JOSÉ FERREIRA DE SOUZA, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Administração, para responder como Gestor de Contrato, e como Fiscal do Contrato, o servidor BRUNO HENRIQUE RODRIGUES CORREIA, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, para atuarem e auxiliarem na gestão e fiscalização do objeto desta contratação.

5. CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE: Conforme disposições do artigo 140 da Lei 14.133/2021. Provisoriamente: 30 dias. Definitivamente: 60 dias.

6. PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO: A concessão de uso do bem público terá prazo de até 05 (cinco) anos, podendo ser renovada por iguais e sucessivos períodos, desde que haja avaliação favorável do interesse público e seja comprovado o cumprimento das condições estabelecidas no instrumento de concessão e na legislação aplicável, conforme previsto na Lei Municipal nº 1.727/2026.

7. MODALIDADE LICITATÓRIA:

- 7.1. **A LICITAÇÃO SERÁ REALIZADA, NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICO – MENOR PREÇO POR ITEM – MODO DE DISPUTA ABERTO. (ART. 18, VIII DA LEI 14.133/2021).**
- 7.2. **ESTE PROCESSO, SERÁ REALIZADO POR TRATAMENTO FAVORECIDO, DIFERENCIADO E SIMPLIFICADO PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, CONFORME LEI 1723/2026, DA REGIONALIDADE ART. 7º - INCISO I, LOCAL OU MUNICIPAL: O LIMITE GEOGRÁFICO DO MUNICÍPIO DE FLORAI, CONFORME LEI ANEXA – LEI Nº 1.735/2026.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORAI

ESTADO DO PARANÁ

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

- 8.1. A concessão de uso do bem público terá prazo de até 05 (cinco) anos, podendo ser renovada por iguais e sucessivos períodos, desde que haja avaliação favorável do interesse público e seja comprovado o cumprimento das condições estabelecidas no instrumento de concessão e na legislação aplicável, conforme previsto na Lei Municipal nº 1.735/2026 e justificativa anexa.
- 8.2. O local disponibilizado para a concessão de uso, é um Barracão Industrial, situado a Av. das Industrias, s/n, Parque Industrial Primavera, sob matrícula nº 16.349.
- 8.3. A concessionária deverá cumprir, como condição essencial do contrato, contrapartidas mínimas voltadas ao interesse público. Dentre elas, destaca-se a obrigatoriedade de manutenção de, no mínimo, 10 (dez) empregados durante todo o período de vigência contratual, garantindo a efetiva geração de emprego e renda no município.
- 8.4. O início das atividades deverá ocorrer no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da assinatura do contrato, sob pena de caracterização de descumprimento contratual.
- 8.5. Quanto aos investimentos mínimos exigidos, estes já se encontram devidamente estabelecidos na fase de habilitação, conforme Anexo I – Planilha Técnica Quantitativa e Qualitativa, a qual integra o processo licitatório e deverá ser rigorosamente observada pela futura concessionária.
- 8.6. A Proposta Técnica, deverá ser preenchida de acordo com o modelo do Anexo II, III, tendo como condição para seleção da proposta o Art. 5º, Parágrafo Primeiro da lei municipal 1.346/2014 e 1.388/2015, no modelo do Decreto Municipal nº 302/2024, quais sejam:
 - n. Geração de Empregos;
 - o. Área de atuação;
 - p. Tipo de Produto ou serviço;
 - q. Natureza de sociedade empresária, nos termos da Lei Complementar 123/2006;
 - r. Porte da empresa;
 - s. Forma e modalidade de investimento;
 - t. Temporalidade do investimento (início ou expansão)
 - u. Aplicação e utilização de tecnologias;
 - v. Impacto sobre meio ambiente, considerando inclusive a geração e tratamento de resíduos;
 - w. Cronograma de Execução;
 - x. Impacto Fiscal;
 - y. Natureza e utilização de mão-de-obra
 - z. Programas e benefícios sociais
- 8.7. Do Julgamento, da divulgação do resultado e do recurso:
 - 8.7.1. Critérios de Seleção das propostas será o estabelecido no DECRETO nº 302/2024, que regulamenta o art. 5º, Parágrafo Primeiro da lei 1.346/2014 e 1.388/2015.
 - 8.7.2. Em atenção ao interesse público de fortalecimento da economia local, somente poderão participar da licitação empresas regularmente constituídas e que possuam sede no Município de Florai na data de publicação do edital.
 - 8.7.3. A concessão será destinada à instalação e ao funcionamento de empresa do ramo de confecções, abrangendo atividades relacionadas à produção, beneficiamento, montagem e comercialização



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORAÍ

ESTADO DO PARANÁ

- de produtos têxteis e de vestuário, com vistas à geração de emprego e renda no Município.
- 8.7.4. A avaliação da proposta técnica será realizada pela comissão especialmente instituída por esse decreto.
- 8.7.5. Os documentos referentes à habilitação serão objeto de analisados, que verificará a conformidade dos documentos com as exigências do edital, sendo desclassificas, motivadamente, aquelas que não estejam adequadas aos requisitos estabelecidos neste edital e seus anexos.
- 8.7.6. O Resultado final do julgamento dos documentos de habilitação será divulgado no Diário Oficial do Município, e no Portal da Transparência, até o 5º dia útil do mês seguinte a data do resultado.
- 8.7.7. Os interessados poderão recorrer do resultado publicado, rem relação a inabilitação, apresentando razões devidamente fundamentadas e por escrito, em até 05 (cinco) dias úteis, contatos da decisão da comissão.
- 8.7.8. Os recursos deverão ser entregues via e-mail ou plataforma, da mesma forma que foi entregue a documentação de habilitação.
- 8.7.9. Ao recurso não será conferido efeito suspensivo.
- 8.7.10. A Autorização de que trata esta concorrência será exclusivamente para empresas empresa do ramo de confecções, caso haja empate, o critério adotado de desempate, será o critério de geração de maior número de empregos.
- 8.8. As benfeitorias ou ampliações que eventualmente venham a ser realizadas no imóvel objeto da presente concessão de uso, sejam elas necessárias, úteis ou voluptuárias, não gerarão qualquer direito à indenização ou ressarcimento por parte da Administração Pública, inclusive nos casos de encerramento do prazo da concessão ou de retomada do imóvel em razão de utilização diversa da finalidade estabelecida neste edital.
- 8.9. Todas as benfeitorias, adaptações, reformas ou melhorias realizadas no imóvel serão integralmente custeadas pela empresa concessionária, correndo por sua conta e risco, sem qualquer ônus para o Município.
- 8.10. A realização de qualquer benfeitoria, modificação, reforma ou ampliação no imóvel dependerá de prévia autorização formal da Administração Municipal, devendo a empresa concessionária apresentar previamente os projetos ou justificativas necessárias para análise e aprovação.
- 8.11. A empresa concessionária será inteiramente responsável pela conservação, manutenção e integridade do imóvel, devendo zelar pelo seu uso adequado durante todo o período da concessão.
- 8.12. Ao término da concessão, por qualquer motivo, o imóvel deverá ser devolvido ao Município em perfeitas condições de uso e conservação, sem danos, quebras ou deteriorações além do desgaste natural decorrente do uso regular.
- 8.13. Após a devida homologação do resultado do presente chamamento, considerando a ordem de classificação das empresas participantes definidas neste processo, o Município de Floraí lavrará a Minuta do Termo de Autorização de uso, que será ou não concedia em caráter pessoal e intransferível, a título precário, observadas condições inerentes a indústria a ser exercida.
- 8.14. A Concessão será concedida por um período de 05 (cinco) anos podendo ser prorrogado por igual período. Ao final do prazo da concessão do imóvel, retorna ao poder da Administração sem ressarcimento ou indenização de qualquer espécie, seja a que título for nos termos da legislação vigente, a renovação poderá ser autorizada, conforme interesse público, no qual a empresa, esteja cumprindo rigorosamente, o estipulado em contrato.
- 8.15. A exploração da área autorizada deverá ser feita exclusivamente pela empresa autorizada, sendo vedado a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto da autorização em nenhuma hipótese, sob pena de cancelamento imediato da Concessão.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORAÍ

ESTADO DO PARANÁ

- 8.16. O serviço a ser contratado se enquadra como serviço comum, porque as exigências técnicas para o serviço são usualmente praticadas no mercado da área, não havendo especificidades que impliquem em transferência de conhecimentos, tecnologia e técnicas empregadas a serem repassadas em transições contratuais.
- 8.17. Em caso de descumprimento de quaisquer das obrigações assumidas, será concedido à empresa o prazo de até 30 (trinta) dias para regularização. Persistindo a irregularidade, poderão ser aplicadas as penalidades previstas no contrato e na legislação vigente, incluindo, conforme o caso, advertência, multa e até a rescisão da concessão, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

9. OBRIGAÇÕES DA CEDENTE:

- 9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta, procedendo-se o recebimento do objeto, seja o bem de consumo, serviço ou obra.
- 9.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por colaborador especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 9.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.
- 9.4. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- a) exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário.
 - b) direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
 - c) considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 9.5. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto da concessão.
- 9.6. Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 9.7. Arquivar, entre outros documentos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contrato e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 10.1. Executar e prestar o fornecimento do objeto na forma ajustada;
- 10.2. Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução da presente concessão;
- 10.3. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 10.4. Apresentar sempre que solicitado durante a execução do contrato os documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORAI

ESTADO DO PARANÁ

- 10.5. Fornecer e manter atualizado e-mail e telefone válido para comunicações oficiais.
- 10.6. Não permitir que outras empresas venham a se instalar no local;
- 10.7. Solicitar autorização prévia da municipalidade para modificações ou ampliação das benfeitorias existentes no imóvel, as quais passarão integral o patrimônio do município sem direito a indenização;
- 10.8. Os equipamentos e materiais necessários para o perfeito funcionamento da empresa serão de responsabilidade exclusiva da mesma, devendo os mesmos obedecer às normas da legislação pertinente;
- 10.9. Responsabilizarem-se integralmente pelos serviços de limpeza em geral;
- 10.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reversas de cargos previstas na legislação.
- 10.11. Constituem obrigações da CONTRATADA especificamente:
 - a. Prestar o serviço na forma ajustada, atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente contrato.
 - b. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
 - c. Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.
 - d. Promover a organização técnica e administrativa do objeto da presente do contrato, de modo obter eficiência na sua execução, de acordo com as condições técnicas, de habilitação e proposta da licitante.
 - e. Conduzir os serviços em estrita observância à legislação Federal, Estadual, Municipal, trabalhistas, previdenciárias, tributárias e securitárias atinentes à execução do contrato pertinente ao objeto da presente licitação.
 - f. Executar o objeto de acordo com a sua PROPOSTA e com as normas e condições previstas neste instrumento, inclusive com as prescrições da Lei nº 14.133/2021, respondendo civil e criminalmente pelas consequências de sua inobservância total ou parcial.
 - g. Total e integral responsabilidade, direta e indireta, pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento da Administração.
 - h. Comunicar à fiscalização de imediato, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique.
 - i. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE, ou por seus prepostos, incluindo dados técnicos e operacionais sobre o objeto.
 - j. Utilizar o imóvel exclusivamente para a finalidade prevista no Programa de Incentivo Empresarial do Município de Florai, vedada a alteração de uso sem prévia autorização do Município;
 - k. Manter em funcionamento regular a atividade empresarial, observando os prazos, metas e condições estabelecidas no instrumento convocatório;
 - l. Cumprir as contrapartidas assumidas, especialmente quanto à geração e manutenção de empregos, investimentos produtivos e permanência no Município;
 - m. Arcar integralmente com as despesas decorrentes da utilização do imóvel, incluindo consumo de água, energia elétrica, telefone, tributos, taxas e demais encargos incidentes;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORAI

ESTADO DO PARANÁ

- n. Obter e manter válidas todas as licenças, alvarás e autorizações legais, inclusive ambientais, sanitárias e de segurança do trabalho, quando aplicáveis;
- o. Zelar pela conservação do imóvel, realizando, às suas expensas, a manutenção ordinária necessária, respondendo por danos causados por uso inadequado;
- p. Permitir e facilitar a fiscalização pelo Município, fornecendo informações, documentos e acesso ao imóvel sempre que solicitado;
- q. Não ceder, sublocar, transferir ou compartilhar o uso do imóvel, total ou parcialmente, sem autorização expressa do Município;
- r. Restituir o imóvel ao término da concessão, nas mesmas condições em que o recebeu, ressalvado o desgaste natural decorrente do uso regular;
- s. Cumprir integralmente as disposições legais, regulamentares e contratuais, assumindo responsabilidade por eventuais irregularidades ou danos causados a terceiros ou ao patrimônio público.
- t. Não subcontratar o objeto deste contrato, sob qualquer hipótese.

11. DAS SANÇÕES E PENALIDADES:

11.1. Comete infração administrativa, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- iv. Multa:
 - 1. moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
 - 2. moratória de 0,9% (zero vírgula nove por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 15% (quinze por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 - i. O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORAI

ESTADO DO PARANÁ

3. compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.
- 11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante;
- 11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa;
- 11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;
- 11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;
- 11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado.
- 11.6. Na aplicação das sanções serão considerados:
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

- 12.1. **Habilitação jurídica: ato constitutivo (art. 66 da Lei 14.133/2021).**
- 12.1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 12.1.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 12.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 12.1.4. Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 12.1.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 12.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORAÍ

ESTADO DO PARANÁ

12.1.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.2. Habilitação fiscal e Trabalhista: (Art. 68, da Lei 14.133/2021).

12.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

12.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

12.2.4. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

12.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

12.2.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.2.7. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

12.2.8. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

12.2.9. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

12.3. Habilitação econômico-financeira: (Art. 69, inciso II, da Lei 14.133/2021).

12.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

12.4. Qualificação Técnica: (Art. 67 da Lei 14.133/2021).

12.4.1. Visita técnica. Podendo ocorrer a substituição da vistoria por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação. (Art.63, §§1º e 2º da lei 14.133/2021);

12.4.2. **Todos os documentos contidos no item 8.**

13. DISPOSIÇÕES GERAIS/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero votos de elevada estima e apreço.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORAÍ

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I – DO TERMO DE REFERÊNCIA

PLANILHA TÉCNICA QUANTITATIVA E QUALITATIVA

Nome da empresa:

CNPJ:

contato:

Fone:

E-mail:

1 – PROPOSTA DE GERAÇÃO DE OCUPAÇÃO E RENDA

EMPREGOS	DISCRIMINAR (número)
() geração de até 15 empregos	
() geração de 16 a 20 empregos	
() geração de 21 a 40 empregos	
() geração de 41 a 50 empregos	
() geração acima de 50 empregos	

2- Qual área de atuação da empresa (assinalar a principal atividade)

TIPO/SETOR	DISCRIMINAR
() INDUSTRIAL	
() COMERCIAL/ATACADO	
() SERVIÇOS	
() SERVIÇOS TURISMOS	
() SERVIÇOS EDUCAÇÃO	
() SERVIÇOS DE SAÚDE, SOFTWARE, TECNOLOGIA/INFORMAÇÃO	

3- INFORMAÇÕES SOBRE PRODUTO (assinalar o item principal)

() Novo no município (não há similar em Florai)
() Novo para a empresa, porém existe similar, de menor desenvolvimento tecnológico, no município.
() Novo para a empresa, porém existe similar de igual qualidade produzido ou comercializado no município
() Novo para a empresa, porém existe similar de maior desenvolvimento tecnológico produzido ou comercializado no município.
() Igual (mesmo produto/serviço produzido ou comercializado no município).
() Produto destinado à exportação.

4- PORTE DA EMPRESA (considerando receita operacional líquida)

a) Do ano anterior se a empresa já existe.....	R\$
b) Projetada se a empresa está sendo implantada.....	R\$
() Micro	Até R\$ 240.000,00
() Pequena	De R\$ 240.000,00 a R\$ 2.400.000,00
() Média	De R\$ 2.400.000,00 até R\$ 12.000.000,00
() Grande	Acima de R\$ 12.000.000,00

5- VALOR DO INVESTIMENTO PARA IMPLANTAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

() Até R\$ 100.000,00
() De R\$ 100.000,00 a R\$ 500.000,00
() De R\$ 500.001,00 a R\$ 1.500.000,00
() Acima de R\$ 1.500.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORAÍ

ESTADO DO PARANÁ

--	--

6- SOBRE O PROJETO (assinalar principal motivo)
<p>() Implantação de empresa nova</p> <p>() Expansão, com instalação de unidade isolada, no mesmo município</p> <p>() Expansão, com ampliação da unidade já existente</p> <p>() Expansão, com nova linha de produção.</p> <p>() Relocalização.</p> <p>() Reativação de empreendimento paralisado há mais de dois anos.</p> <p>() Reativação de empreendimento, causado por acidente fortuito.</p> <p>() Implantação/expansão/reactivação de atividades associativas.</p> <p>() Revitalização de empresas em funcionamento.</p> <p>() Gerado por atividade associativa (incubadora, consórcio, cooperativa).</p>

DESCRIMINAR	METROS/QUADRADO
ÁREA PRETENDIDA	
ÁREA À CONSTRUIR	
ÁREA CONSTUIDA ATUALMENTE	

7- UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA (assinalar o item principal)	
<p>() Produto de base tecnológica avançada (tecnologia de ponta).</p> <p>() Produto com agregação de novas tecnologias e qualificações.</p> <p>() Produto sem agregação de tecnologia.</p>	Justifique:

8- ATIVIDADES DO EMPREENDIMENTO QUANTO A QUALIDADE AMBIENTAL
<p>() Sem risco de poluição</p> <p>() Médio risco de poluição – com equipamento de controle secundário</p> <p>() Médio risco de poluição – com equipamento de controle primário</p> <p>() Elevado risco de poluição – com equipamento de controle secundário</p> <p>() Elevado risco de poluição – com equipamento de controle primário.</p> <p>() Utilização de material reciclável</p>

09- PROGRAMAS SOCIAIS (assinalar a principal ação)	DISCRIMINAR – forma de apoio (justifique)
<p>() Creche</p> <p>() Alimentação (cesta básica)</p> <p>() Plano de saúde</p> <p>() Bolsa de estudo</p> <p>() Outro</p>	

10- IMPACTO TRIBUTÁRIO (assinalar o item principal)	DISCRIMINAR (R\$)
<p>() Recolhimento de ISSQN</p> <p>() Recolhimento de ISSQN e ICMS</p> <p>() Recolhimento de ICMS</p> <p>() Recolhimento de IPI</p>	

11- UTILIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	DISCRIMINAR QUANTITATIVAMENTE
<p>() Função a nível superior – com atuação na área</p>	



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORAÍ

ESTADO DO PARANÁ

- | | |
|--|--|
| () Funções a nível médio – com atuação na área | |
| () Função a nível fundamental – com atuação na área | |
| () Função sem escolaridade | |
| () Existência treinamento / qualificação de mão-de-obra | |

12- QUAL A ORIGEM DOS RECURSOS

DISCRIMINAR

- | | |
|------------------------------|--|
| () Próprios | |
| () Financiamento | |
| () Próprios e financiamento | |

13- QUANTO AO IMÓVEL DA EMPRESA ATUALMENTE

DISCRIMINAR

- | | |
|----------------|--|
| () Alugado | |
| () Inadequado | |
| () Próprio | |

14- CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO EMPREENDIMENTO

- | |
|---------------------------------|
| () Demandará 06 a 08 meses |
| () Demandará 12 meses |
| () Demandará acima de 12 meses |

15- JUSTIFICATIVAS (informar sobre o empreendimento)

Data de Inscrição:

Data de Verificação:

Servidor Municipal Responsável

Representante da Candidata



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORÁI

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO II – DO TERMO DE REFERÊNCIA

GABARITO DE AVALIAÇÃO DE ENQUADRAMENTO PARA FINS DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS

Nome da empresa	
-----------------	--

01- GERAÇÃO DE OCUPAÇÃO E RENDA (peso: 0,3)	
EMPREGOS	PONTOS
Até 15 empregos	1
Entre 16 e 20 empregos	2
Entre 21 a 40 empregos	3,5
Entre 41 a 50 empregos	4,5
acima de 50 empregos	5

02- ÁREA DE ATUAÇÃO DA EMPRESA (peso: 0,2)	
TIPO/SETOR	PONTOS
Industrial	5
Serviços de turismo	4,5
Serviços de saúde, software, tecnologia e tecnologia da informação	4,5
Serviços de educação	4,5
Serviços	4
Comercial/atacadista	

03- PRODUTO (peso: 0,1)	PONTOS
Novo, sem similar no município	6
Novo na empresa, com similar de menor desenvolvimento tecnológico	5
produzido ou comercializado no município	
Novo na empresa, porém de igual qualidade produzido ou comerciali-	4
zado no município	
Novo para a empresa, porém existe similar de maior desenvolvimento	3,5
tecnológico produzido ou comercializado no município	
Igual – mesmo produto ou serviço que a empresa já fabrica ou comer-	3
cializa no município	
Produto destinado a exportação (acrécimo)	1

04- PORTE DA EMPRESA (peso: 0,1)		PONTOS
Receita Operacional Líquida (ROL)		
Ano anterior (empresa existente), projetada (a implantar)		
Micro	até R\$ 240.000,00	8
Pequena	de R\$ 240.000,00 a R\$ 1.200.000,00	6
Média	de R\$ 1.200.000,00 a R\$ 12.000.000,00	4
Grande	acima de R\$12.000.000,00	2



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORAÍ

ESTADO DO PARANÁ

05- MONTANTE DO INVESTIMENTO (peso: 0,1)	PONTOS
até R\$ 100.000,00	1,5
de R\$ 100.000,00 a R\$ 500.000,00	2,5
de R\$ 500.000,00 a R\$ 1.500.000,00	3,5
acima de R\$ 1.500.000,00	4

06- PROJETO (peso: 0,20)	PONTOS
Implantação de empresa nova	5
Expansão – com instalação de unidade isolada, no mesmo município	4
Expansão – nova linha de produção	3,5
Expansão – com ampliação da unidade já existente	3
Reativação de empreendimento paralisado há mais de 02 anos	2
Reativação de empreendimento paralisado por acidente fortuito	2
Implantação/expansão/reativação de atividades associativas	2
Revitalização de empresa em funcionamento	2
Gerado por atividade associativa (incubadora, consórcio, cooperativa)	2
Relocalização	2

07- UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA (peso: 0,30)	PONTOS
Produto de base tecnológica avançada (tecnologia de ponta)	4
Produto com agregação de novas tecnologias e qualificação	3
Produto sem agregação de tecnologia	2

08- EMPREENDIMENTO P/ QUALIDADE AMBIENTAL (peso:0,2)	PONTOS
Sem risco de poluição	4
Médio risco de poluição – com equipamento de controle secundário	3,5
Utilização de material reciclado	3
Médio risco de poluição – com equipamento de controle primário	2
Elevado risco de poluição – com equipamento de controle secundário	1
Elevado risco de poluição – com equipamento de controle primário	0

09- PROGRAMA SOCIAL (peso: 0,1)	PONTOS
Bolsa de estudo	3
Creche	2
Plano de saúde	2
Alimentação	2
outros	2
10- IMPCTO TRIBUTÁRIO (peso: 0,2)	PONTOS
Recolhimento de ISSQN	4
Recolhimento de ISSQN e ICMS	3,5
Recolhimento de ICMS	2,5
Recolhimento de IPI	1



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORÁI

ESTADO DO PARANÁ

11- UTILIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA (peso: 0,2)	PONTOS
Funções de nível superior (com atuação na área)	3
Funções de nível médio (com atuação na área)	2
Funções de nível fundamental (com atuação na área)	1,5
Funções sem escolaridade	1
Existe treinamento/qualificação de mão-de-obra ? (acrécimo)	1

12- ORIGEM DOS RECURSOS PARA VIABILIZAR O EMPREENDIMENTO	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO PARA QUALIFICAÇÃO ACRÉSCIMO NA SOMA FINAL
Próprios	1 = + 0,25 ponto
Próprios e financiamento	2 = + 0,2 ponto
Financiamento	3 = + 0,1 ponto

13- IMÓVEL DA EMPRESA ATUALMENTE	ACRÉSCIMO NA SOMA FINAL
Alugado	1 = + 0,2 ponto
Inadequado	
Próprio	2 = + 0,1 ponto

14- QUAL O PRAZO PARA INSTALAÇÃO	ACRÉSCIMO NA SOMA FINAL
Até 12 (doze) meses	2 = + 0,2 ponto
Acima de 12 (doze) meses	3 = + 0,1 ponto



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORÁI

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO III – DO TERMO DE REFERÊNCIA

MODELO GABARITO DE ENQUADRAMENTO

EMPRESA:	
----------	--

SOMATÓRIA DOS PONTOS

Item	Pontos	Peso	Pontuação
01- Geração de ocupação e renda		0,3	
02- Área de atuação		0,2	
03- Produto		0,1	
04- Porte da empresa		0,1	
05- Montante do investimento		0,1	
06- Projeto		0,2	
07- Aplicação de tecnologia		0,3	
08- Impacto ambiental		0,2	
09- Programas sociais		0,1	
10- Impacto tributário		0,2	
11- utilização de mão-de-obra		0,2	
12- Origem dos recursos p/ o empreendimento		0,1	
13- Imóvel da empresa – alugado ou inadequado		0,2	
14- Prazo p/ implantação do empreendimento		0,2	
TOTAL			0

ENQUADRAMENTO DE INCENTIVO

Intervalo de pontuação	Enquadramento (%)
9,00	20
8,00 a 8,99	19
7,00 a 7,99	18
6,00 a 6,99	16
4,50 a 5,99	14
4,00 a 4,49	12
3,50 a 4,99	10
3,00 a 3,49	8
2,50 a 2,99	6
2,00 a 2,49	4
1,50 a 1,99	2
1,00 a 1,49	1
abaixo de 1,00	não enquadra

CONSELHO MUNICIPAL DA INDUSTRIA E COMERCIO

Nome	Assinatura



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORAÍ

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO IV -- DO TERMO DE REFERÊNCIA

DECLARAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA (emitido pela Unidade Contratante)

ATESTO que o representante legal do licitante _____, interessado em participar do CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA - Nº 00/2024 Processo nº 130/2024 realizou nesta data vistoria técnica nas instalações do _____, recebendo assim todas as informações e subsídios necessários para a elaboração da sua proposta.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre os locais da concessão.

(Local e data)

(nome completo, assinatura e qualificação do representante da licitante)

(nome completo, assinatura e cargo do servidor responsável por acompanhar a vistoria)



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORAÍ

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO V – DO TERMO DE REFERÊNCIA

DECLARAÇÃO DE OPÇÃO POR NÃO REALIZAR A VISTORIA TÉCNICA

(elaborado pelo Licitante)

A empresa x.x.x.x.x.x.x.x.x. CNPJ x.x.x.x.x.x.x., DECLARA para os fins do Processo Licitatório n.º 130/2024 - modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA - n.º. 00/2026 que por deliberação única e exclusiva da declarante, a mesma não participou da visita técnica disponível no referido processo licitatório, sendo de sua total responsabilidade e conhecimento as condições do local, não recaiando em nenhuma hipótese qualquer responsabilidade sobre o Município ou argumento futuro quanto à não visitação antecipada.

(Local e data)

(nome completo, assinatura e qualificação do representante da licitante)



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORAÍ

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO VI – DECLARAÇÕES – DO TERMO DE REFERÊNCIA

A empresa, estabelecida na (endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada por, cargo,, (endereço), vem por meio desta, **DECLARAR**, sob as penas da lei que:

- a) Que temos ciência das condições necessárias para a prestação dos serviços e nos comprometemos a cumprir fielmente os serviços com a qualidade necessária, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Edital e de seus Anexos.
- b) Que nos responsabilizamos pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;
- c) Que cumprimos com as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.
- d) Que não empregamos menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- e) Que INEXISTEM fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

..... de 202x.

Local e Data
Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo)



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORAÍ

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO VII – DO TERMO DE REFERÊNCIA MINUTA DO TERMO PARA CONCESSÃO DE USO Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. (Processo Administrativo nº 69/2026)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM
ENTRE SI O MUNICÍPIO DE FLORAÍ/PR, E A EMPRESA
.....

MUNICÍPIO DE FLORAÍ, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interna, inscrita no CNPJ sob o nº 75.731.000/0001/60, com sede na Rua Presidente Getúlio Vargas, 177, Centro, CEP 87.185-000 – Paço Municipal, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, a senhora Edna de Lourdes Carpiné Contin, doravante denominado CEDENTE, e Empresa:, *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante denominado CESSIONÁRIA, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos*, tendo em vista o que consta no Processo 130/2024 e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e Decreto Municipal nº 093.2022](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo para a Concessão de Uso, decorrente *da Concorrência Eletrônica 019/2025*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: - DO BEM OBJETO:

1.1 CONCESSÃO DE USO DE IMÓVEL PÚBLICO REFERENTE AO BARRACÃO INDUSTRIAL EM ALVENARIA E ESTRUTURA PRÉ-MOLDADA EM CONCRETO, LOCALIZADO NA AV. DAS INDUSTRIAS, S/N, PARQUE INDUSTRIAL PRIMAVERA, COM ÁREA EDIFICADA DE 288,00 M², REGISTRADO JUNTO AO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE NOVA ESPERANÇA/PR SOB A MATRÍCULA Nº 16.349, VISANDO AO FOMENTO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL E À GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA NO MUNICÍPIO, CONFORME DISPOSIÇÕES DA LEI MUNICIPAL Nº 1.346/2014 E SUAS ALTERAÇÕES, BEM COMO DA LEI Nº 1.735/2026, QUE AUTORIZA A REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA, PARA OUTORGA DE CONCESSÃO DE USO DE IMÓVEL PÚBLICO DESTINADO A EMPRESAS SEDIADAS NO MUNICÍPIO DE FLORAÍ, NO RAMO DE CONFECCÕES.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

2.1 A concessão de uso do bem público terá prazo de até 05 (cinco) anos, podendo ser renovada por iguais e sucessivos períodos, desde que haja avaliação favorável do interesse público e seja comprovado o cumprimento das condições estabelecidas no instrumento de concessão e na legislação aplicável, conforme previsto na Lei Municipal nº 1.727/2026.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE USO

A Cessionária terá o poder de usar e fruir do bem ora concedido, devendo zelar pela sua conservação, inclusive em casos fortuitos e de força maior.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORAÍ

ESTADO DO PARANÁ

4. CLÁUSULA QUARTA – DOS INVESTIMENTOS ÚTEIS E NECESSÁRIOS

4.1 Os investimentos úteis e necessários, bem como novas edificações realizadas no imóvel ou sobre o imóvel objeto desta cessão de uso, serão a este incorporados, na forma da lei.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA ATIVIDADE DA CESSIONÁRIA

5.1 A Cessionária pratica atividades, não podendo alterar sua finalidade empresarial, ressalvado o caso de aumento de vantagens para o Município, comprovado por laudos e vistorias de profissionais, com o devido acompanhamento da comissão especial de avaliação do Município de Florai/PR.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA EXCLUSÃO DE INDENIZAÇÃO

6.1 Fica pactuado entre as partes a exclusão total do cedente em face de qualquer espécie de indenização, quer por fato fortuito ou força maior, que venha a atingir dependências e ou produtos da Cessionária.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DO IMÓVEL.

7.1. A cessionária declara estar recebendo o BARRACÃO INDUSTRIAL EM ALVENARIA E ESTRUTURA PRÉ-MOLDADA EM CONCRETO, LOCALIZADO NA AV. DAS INDUSTRIAS, S/N, PARQUE INDUSTRIAL PRIMAVERA, COM ÁREA EDIFICADA DE 288,00 M², REGISTRADO JUNTO AO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE NOVA ESPERANÇA/PR SOB A MATRÍCULA Nº 16.349, VISANDO AO FOMENTO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL E À GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA NO MUNICÍPIO, CONFORME DISPOSIÇÕES DA LEI MUNICIPAL Nº 1.346/2014 E SUAS ALTERAÇÕES, BEM COMO DA LEI Nº 1.735/2026, QUE AUTORIZA A REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA, PARA OUTORGA DE CONCESSÃO DE USO DE IMÓVEL PÚBLICO DESTINADO A EMPRESAS SEDIADAS NO MUNICÍPIO DE FLORAÍ, NO RAMO DE CONFECÇÕES.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA VISTORIA DO BEM PÚBLICO

8.1 A cessionária declara ter vistoriado o imóvel, nada tendo a reclamar com relação ao relevo ou qualquer outro item de infraestrutura, bem como, que o cedente poderá vistoriar o bem concedido, podendo sugerir melhorias quanto à sua conservação, podendo notificar a Cessionária em caso que verificar a má atenção ao patrimônio público.

9. CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIDADE DO CEDENTE

9.1 A responsabilidade do cedente consiste na entrega do objeto da Cessão no estado em que se encontra, com a concordância da cessionária e na fiscalização do cumprimento do presente pacto.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESPONSABILIDADE DA CESSIONÁRIA

A Cessionária tem como responsabilidade, o seguinte:

- a) a geração dos novos empregos diretos propostos durante o certame licitatório;
- b) iniciar as atividades num prazo Máximo de 60 dias;
- c) zelar pela conservação e manutenção de todo o imóvel – conservando e restaurando todas as avarias derivadas do uso e desgaste pelo tempo;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORAÍ

ESTADO DO PARANÁ

- d) cumprir na íntegra a proposta apresentada, conforme Edital de Concorrência;
- e) fornecer ao Município sempre que solicitados quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre quaisquer assuntos inerentes à Cessão. cumprir a legislação ambiental no que se refere à atividade desenvolvida sobre o imóvel; pagar os tributos que incidirem sobre os imóveis, desde a data de assinatura do presente Termo;
- f) arcar com as despesas de água, de energia e telefone, assim como as demais taxas e emolumentos, inclusive quanto aos impostos incidentes sobre o produto, mercadoria, prestação de serviços e outros que por ventura vier a incidir sobre sua atividade;
- g) responsabilizar-se por todos os encargos decorrentes da relação trabalhista e previdenciária, especialmente aquelas decorrentes do vínculo empregatício que firmar com seus empregados a fim de fornecer os empregos a que está obrigada, eximindo o Poder Público Municipal de qualquer responsabilidade, seja solidária ou subsidiária;
- h) fornecer ao Município anualmente, no mês de julho, cópia do CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, e da RAIS, a fim de que o Município possa conferir o cumprimento da proposta oferecida;
- i) manter, durante toda a vigência do contrato, atualizadas as Certidões Negativas de Débitos exigidas na fase de habilitação;
- j) apresentar anualmente a Declaração do ICMS e do Movimento Econômico – DIME, para fins de verificação do cumprimento dos encargos relacionados ao movimento econômico e retorno do ICMS.
- k) não poderá transferir os privilégios concedidos pelo Poder Público, sem previa autorização deste, mesmo que assegurada a continuidade dos propósitos.
- l) devolver o imóvel ao município, findando o prazo da cessão ou em caso de reversão.
- m) Demais obrigações constam do Termo de Referência;

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESPONSABILIDADE PRINCIPAL DA CESSIONÁRIA

11.1 A Cessionária não poderá ceder, vender, alugar, alienar e/ou permutar, a partir da data da assinatura do presente Termo, o imóvel recebido em cessão, sob pena de reversão dos bens para a municipalidade, acrescido das benfeitorias por ele edificadas, sem direito à indenização ou retenção.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA REVERSÃO

12.1 A posse do imóvel reverterá de pleno direito ao Poder Público Municipal, livre de quaisquer ônus ou indenização, nos seguintes casos:

- a) não utilizados em conformidade com o projeto apresentado e aprovado e na sua finalidade;
- b) decorridos 60 (sessenta) dias, e não tenha sido iniciada as atividades da empresa;
- c) as obras estiverem paralisadas por mais de 06(seis) meses, salvo motivo de força maior, ou alteração do projeto inicial devidamente autorizada;
- d) ocorrer à extinção ou falência da empresa;
- e) não iniciar atividade dentro de 60 (sessenta) dias;
- f) alienação, por qualquer forma, dos terrenos recebidos do Poder Público Municipal;
- g) dar ao imóvel utilização diversa da prevista no Projeto do Empreendimento, salvo em caso de comprovada melhoria do empreendimento ou diversificação da atividade econômica, que reverta em benefício do Município; constatado, a qualquer tempo, durante os doze anos subsequentes à assinatura do contrato, o descumprimento dos encargos propostos pela empresa. paralisação das atividades por mais de 90 (noventa) dias;
- h) transferência do estabelecimento sede para outro Município.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORAÍ

ESTADO DO PARANÁ

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DESOCUPAÇÃO.

13.1 Caso ocorra à reversão, deverá a empresa beneficiada desocupar o imóvel num prazo máximo de 120 dias, sem direito a indenização, deixando a área como estava por ocasião do recebimento, sob pena de retenção das benfeitorias, resguardando-se, ainda, o direito de perdas e danos por parte do Município, na forma da Lei Civil.

13.2 Decorridos 120 (cento e vinte) dias sem que o interessado retire as benfeitorias voluptuárias ou úteis que tenha edificado, as mesmas passam a integrar o imóvel para todos os efeitos legais, sem direito a retenção ou indenização, revertendo como patrimônio do Município.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE RESCISÃO

14.1. O presente termo de cessão de uso poderá ser rescindido, observados os seguintes parâmetros:

- a) descumprimento por parte da Cessionária de sua responsabilidade assumida perante as condições expressa no edital, e em especial nas Lei Municipal nº. 1346/2014 e suas alterações;
- b) vencimento do prazo pactuado;
- c) a suspensão das atividades da Cessionária;
- d) em caso de dissolução ou falência;
- e) ocorrida a rescisão ou tomada do bem, em cessão, fica a cessionária obrigada a entrega do mesmo em perfeitas condições de uso, tal qual recebeu, sob pena de responsabilidade.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO (art. 156, § 1º, inciso V)

15.1 A CONTRATADA se obriga a observar rigorosamente todas as normas legais aplicáveis no Brasil relativas ao combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao enriquecimento ilícito, incluindo, mas não se limitando, à Lei nº 12.846/2013 (“Lei Anticorrupção”) e ao Lei nº 14.133/2021, bem como a quaisquer regulamentos, decretos ou políticas internas da CONTRATANTE que envolvam integridade, compliance e governança corporativa.

15.2 A CONTRATADA declara que ela, seus sócios, administradores, diretores, empregados, prepostos, terceirizados ou quaisquer pessoas que atuem em seu nome, direta ou indiretamente, não praticaram nem praticarão atos de corrupção, suborno, fraude, favorecimento ou qualquer conduta voltada para obter vantagem indevida, influenciar decisão pública ou privada, desviar finalidade do presente Contrato ou provocar dano ao patrimônio público ou privado.

15.3 A CONTRATADA compromete-se a manter à disposição da CONTRATANTE todos os documentos e registros que demonstrem a observância desta cláusula, a permitir auditoria ou análise, bem como a comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer fato ou investigação relacionada a conduta que possa configurar violação desta cláusula.

15.4 Em caso de descumprimento desta cláusula, inclusive pela prática de atos previstos na Lei nº 12.846/2013, a CONTRATANTE poderá aplicar as penalidades previstas no presente Contrato, sem prejuízo das demais sanções administrativas, civis ou penais cabíveis, bem como poderá rescindir o Contrato por inadimplemento ou ato de improbidade.

15.5 Esta cláusula permanece vigente durante todo o período de execução contratual, incluindo eventuais prorrogações, aditivos, obrigações pós-contratuais ou de garantia, conforme aplicável, e sobrevive à extinção formal do Contrato para garantir o ressarcimento de eventuais danos causados.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (Lei nº 13.709/2018 (LGPD))

16.1 A CONTRATADA compromete-se a tratar, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) e demais normas aplicáveis, bem como com os princípios da publicidade, da



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORAÍ

ESTADO DO PARANÁ

eficiência, da segurança da informação e da transparência previstos na Lei nº 14.133/2021, todos os dados pessoais que vier a ter acesso, para os fins deste Contrato.

16.2 Para fins desta cláusula, entende-se por “dados pessoais” toda informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável que venha a integrar bases de dados, documentos, sistemas ou arquivos da CONTRATANTE, ou que seja objeto de tratamento pela CONTRATADA no âmbito da execução deste Contrato.

16.3 A CONTRATADA deverá adotar políticas, procedimentos e medidas técnicas e administrativas de segurança compatíveis com o risco para garantir a proteção, confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados pessoais, evitando acesso ou tratamento não autorizado, perda, alteração, divulgação ou destruição indevida.

18.4 A CONTRATADA obriga-se a:

- a) tratar os dados pessoais apenas para as finalidades específicas e legítimas deste Contrato;
- b) manter registro das operações de tratamento que lhe couberem, quando exigido;
- c) exigir de seus subcontratados ou parceiros, quando houver, obrigações idênticas de proteção de dados;
- d) comunicar à CONTRATANTE, sem demora injustificada, qualquer incidente de segurança que possa comprometer os dados pessoais tratados no âmbito deste Contrato.

16.5 Na hipótese de pedido de acesso, retificação, eliminação ou qualquer outro direito dos titulares dos dados, previsto na LGPD, bem como em caso de solicitação de auditoria pela CONTRATANTE ou órgão competente, a CONTRATADA deverá cooperar plenamente, fornecendo informações, documentos ou acesso aos sistemas, conforme o caso.

16.6 O tratamento dos dados pessoais pelo presente Contrato ficará restrito ao período de vigência contratual e, se aplicável, ao período posterior necessário para cumprimento de obrigações legais, regulatórias ou de guarda documental, após o qual os dados deverão ser eliminados ou anonimizados, conforme previsão legal.

16.7 O descumprimento das obrigações previstas nesta cláusula caracteriza inadimplemento e autoriza à CONTRATANTE a aplicar as sanções contratuais previstas na Lei nº 14.133/2021, inclusive, mas não apenas, rescisão contratual, sem prejuízo das responsabilidades civis, administrativas ou penais cabíveis.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 Estando as partes pactuadas assinam o presente Termo em 02(duas) vias de igual forma e teor, perante testemunhas, elegendo o Foro Jurídico da Comarca de Nova Esperança, para dirimir possíveis dúvidas oriundas do presente.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1 A eficácia da Autorização fica condicionada a sua divulgação, pela Administração pública, por meio da afixação em local de acesso público, e publicação em diário oficial do município.

Floraí, 00 de novembro de 2026.

MUNICÍPIO DE FLORAÍ
CNPJ. 75.731.000/0001-60
Prefeita Municipal

CONTRATADA

GESTOR

FISCAL

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA